

ARQUEOLOGIA ENTRE O JOGO ACADÊMICO E A DESESPERANÇA

Jaqueline Gomes

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia
da Universidade Federal de Minas Gerais.*

Belo Horizonte MG, Brasil

E-mail: jaquelinegomes06@gmail.com

https://orcid.org/0000-0002-2605-3093

Lara de Paula Passos

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia
da Universidade Federal de Minas Gerais.*

Belo Horizonte MG, Brasil

E-mail: laradepaulapassos@gmail.com

https://orcid.org/0000-0002-5710-8608

RESUMO:

Partimos de um incômodo pessoal para a construção do presente texto com reflexões sobre as redes acadêmicas operadas nos cursos de Arqueologia em universidades públicas brasileiras. Os dados foram obtidos a partir de *sites* dos departamentos e programas de pós-graduação em Arqueologia e/ou Antropologia (com concentração em Arqueologia) e a Plataforma Sucupira, coletamos informações sobre docentes titulares e suas respectivas instituições de formação (mestrado e/ou doutorado). Foi possível vislumbrar tendências de vínculos entre programas e departamentos específicos, cujos números evidenciam sistemáticas desigualdades e hierarquias. Em nossa análise, elas podem ser explicadas por influências de instituições tradicionais de formação, bem como redes acionadas por relações docentes de elevado prestígio acadêmico. Contextualizamos tais dados considerando aspectos de gênero, étnicos, de classe e geopolíticos, e acreditamos que podem contribuir para um debate amplo que deve ser feito sobre reprodução de desigualdades nos espaços institucionalizados da prática arqueológica no caso brasileiro.

PALAVRAS-CHAVES: Arqueologia brasileira; Comunidade arqueológica; Perfil profissional; políticas acadêmicas.

Artigo recebido em: 24/01/2021

Artigo aceito em: 24/04/2021



ABSTRACT:

Starting from a personal unrest we wrote the present paper seeking to discuss the academic networks currently at work on the Archaeology courses in Brazilian public universities. Accessing the websites of Archaeology and Anthropology (with Archaeology courses) departments and graduate programs, and the Sucupira Platform, we collected information on full professors and their respective institutional trajectories (masters and doctorate degrees). We were able to notice tendencies of "collaboration" between specific programs and departments, whose numbers show systematic inequalities and hierarchies which, in our analysis, can be explained by the influence of traditional institutions, as well as the networks actuated by the relationships between prestigious professors. We contextualized the data by taking into consideration aspects of gender, ethnicity, class and geopolitical background, which we believe to be possible contributions for an ample and necessary debate about the reproduction of inequalities on institutionalized spaces of archaeological practice in the Brazilian context.

KEYWORDS: Brazilian Archaeology, Archaeological Community, Professional Profile, Academic Politics.

RESUMEN

Empezando de un fastidio personal, construimos este texto buscando reflexionar sobre las redes académicas operadas en los cursos de Arqueología en las universidades públicas brasileñas. Al acceder a los sitios web de los departamentos y programas de posgrado en Arqueología y / o Antropología (con especialización en Arqueología) y la Plataforma Sucupira, recopilamos información sobre los profesores titulares y sus respectivas instituciones de formación (maestría y / o doctorado). Se pudo vislumbrar tendencias en los "enlaces" entre programas y departamentos específicos, cuyos números muestran desigualdades y jerarquías sistemáticas, que, en nuestro análisis, se pueden explicar por influencias de las instituciones educativas tradicionales, así como redes desencadenadas por relaciones académicas de gran prestigio. Contextualizamos dichos datos considerando aspectos de género, etnia, clase y geopolítica, y creemos que pueden contribuir a un amplio debate que debe hacerse sobre la reproducción de las desigualdades en los espacios institucionalizados de la práctica arqueológica en el caso brasileño.

PALABRAS CLAVE: Arqueología Brasileña; Comunidad Arqueológica; Perfil Profesional; Políticas Académicas.



INTRODUÇÃO: LOCALIZANDO INCÔMODOS

Este texto foi pensado e construído a partir de entrecruzamentos de percepções, inquietudes referentes ao universo arqueológico brasileiro e suas possibilidades de inserção conforme diferentes fatores que perpassam coletividades e individualidades. Assim sendo, apresentamo-nos enquanto autoras a fim de situar de onde partem essas reflexões. Somos uma arqueóloga de trinta e três anos, proveniente de uma favela da baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro, mãe de duas crianças e com uma família recém-formada, e uma arqueóloga negra solteira de vinte e cinco anos nascida no centro de Minas Gerais.

Quando avaliamos a possibilidade de ingressar no doutorado nos deparamos individualmente com a necessidade de ponderar as reais chances de empregabilidade após esta etapa de formação acadêmica. Não mudaria muito conseguir um emprego no campo de consultoria ambiental com o título de doutorado ou sem ele. Para a docência o pré-requisito fundamental, além do título, é estar inserido em uma forte e complexa rede micropolítica entre docentes já bem estabelecidos. Embora essa avaliação indicasse que as chances de empregabilidade não eram animadoras, por desejos pessoais, acabamos ingressando no curso de Pós-Graduação em Antropologia com Área de concentração em Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Este tipo de avaliação é angustiante e comum entre diversas pessoas que, como nós, fazem parte de uma transformação profunda e estrutural da Arqueologia. Algumas pessoas podem compartilhar conosco alguns espelhamentos, como a condição de mulher, a negritude ou a maternagem, e outras, perpassadas por demais interseccionalidades, como a questão de pertencimentos de classe. Essa transformação profunda e estrutural entre discentes que nos referimos pode envolver pessoas que acessaram o ensino superior tornando-se, por vezes, as primeiras a experienciar essa etapa do processo formativo acadêmico em suas famílias. Em geral, são trajetórias de vidas marcadas pela pobreza revertida em função do acesso à Educação. Devido a essas confluências temos vivenciado os deslocamentos e contradições da prática arqueológica pessoalmente, atravessando nossas experiências individuais.

A Arqueologia vem sendo reorganizada por demandas sociais diversas, muito em virtude da radical transformação do perfil das pessoas que se formaram arqueólogas nos últimos 15 anos, em especial oriundas do aumento expressivo do número de cursos de arqueologia no país, resultado do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As políticas públicas de reparação, inclusão e ações afirmativas que regeram também a entrada dessa nova parcela populacional nas universidades acertaram em cheio um campo bem elitizado da academia brasileira.



O processo de profissionalização, iniciado com o *boom* do licenciamento ambiental para atender às demandas de outra ação governamental que requeria uma maior mão de obra envolvida nessa área, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e conseqüente criação de cursos de bacharelado, o famoso bicho de nove cabeças (Bezerra, 2008), inflou os números tanto de quem faz arqueologia no país como de quem forma esses profissionais. A análise do próprio sistema de ensino, assim, também se expandiu, com trabalhos abordando a formação e profissionalização da área no Brasil, seja no âmbito quantitativo ou qualitativo (BARRETO, 1999; 2000; BEZERRA, 2008; CAROMANO *et al* 2014; FUNARI, 1999; DOS REIS, 2010; RIBEIRO *et al*, 2017; ZANETINNI; WICHERS, 2015; PASSOS, 2017; 2019; GASPAR *et al*, 2020; ULGUIM, 2020; ZARANKIN; PELLINI, 2012).

Quem atua na área - assiste ou ministra aulas, frequenta congressos e encontros profissionais e acadêmicos -, percebe que o compromisso de lutar contra as desigualdades estruturais vem crescendo como uma pauta urgente, trazida não apenas pela inserção de outras vozes plurais dentro da disciplina, mas também por um crescente da produção de críticas da ciência e estudos feministas também já dentro da academia, além das lutas sociais externas (RIBEIRO, 2017; PASSOS, 2017). Contudo, é essencial que possamos refletir sobre como a arqueologia institucionalizada nos centros de ensino e pesquisa frequentemente reproduz as próprias desigualdades contra as quais começamos a nos manifestar.

Vale lembrar que apesar das mulheres serem responsáveis por grande parte da produção especializada e ocupar lugares de financiamento e ensino, ainda são robustas as práticas domésticas de dominação e (não) reconhecimento de sua produção na arqueologia brasileira (RIBEIRO *et al*, 2017; PASSOS, 2019). O que é ainda mais alarmante quando pensamos no fator racial e étnico que ocupa as margens da academia, uma assombração vislumbrada na quase ausência de pessoas negras e indígenas no espaço institucionalizado de ensino. A questão de classe também não pode ser esquecida, já que o domínio hegemônico de pessoas socialmente mais abastadas neste universo amostral também contribui para a manutenção de privilégios e do *status quo* elitista.

Apesar da incerteza da empregabilidade acadêmica ser generalizada, de forma convincente e sem qualquer surpresa, sua distribuição também é desigual: homens brancos e mulheres brancas das classes média e alta são ainda aqueles que possuem maiores chances de ingressar no espaço institucionalizado da arqueologia brasileira e, em sua maioria, aqueles que efetivamente o fazem com maior êxito.

Mas o que gostaríamos de chamar atenção é para o papel da hierarquia de privilégio social dentro da academia e como ela acomoda as oportunidades de trajetórias pessoais e



carreiras docentes. E infelizmente, ao contrário do almejado, as críticas raciais e de gênero cada vez mais em voga durante os debates nos fóruns de discussão presencial ou *on-line*, nas salas de aulas ou nos corredores das universidades, parecem abrir um abismo ainda maior entre uma arqueologia acadêmica e aquela que a maior parte do contingente já formado acaba praticando na arqueologia de contrato, pois não contemplam em grande medida o caráter de classe. Não é raro que quem atue no contrato tenha certa aversão ao ambiente político e vaidoso da academia, sua intelectualidade com teorias diversas no *looping* de críticas de lento efeito em transformações sociais.

VAMOS AOS DADOS: DE ONDE VEM OS DOCENTES DE ARQUEOLOGIA?

Atualmente no país são oferecidos 14 cursos de bacharelado e 10 Programas de Pós-Graduação (PPG) com dois níveis mestrado e doutorado (Tabelas 1 e 2). Utilizamos na presente análise especificamente as instituições públicas de ensino superior. Entre os PPG's, três oferecem somente o nível de mestrado - UFPI, UNIVASF e UFRB - e seis universidades - UNIVASF, UFPE, UFS, UFPI, UFPEL e UFMG - ofertam cursos de graduação e pós. A título de observação, foram levantados alguns dados referentes a este universo amostral por meio da Plataforma Sucupira¹, que, ainda que não permita a observação de registros oficiais até o momento dos quesitos de raça e classe, fornece acesso a uma série de informações acerca dos programas de pós-graduação, como número de disciplinas, número e gênero² de docentes e discentes, avaliações e notas anuais e quadrienais dos cursos, Programas Pedagógicos e conteúdo programático das disciplinas.

TABELA 1: Cursos de graduação em arqueologia vigentes no Brasil

SIGLA	UNIVERSIDADE	CURSO	ANO DE CRIAÇÃO	NOTA CAPES
FURG	Universidade Federal do Rio Grande	Arqueologia	2008	4

¹ Autodefinida como “uma nova e importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)”. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira> Acesso em 27 de novembro de 2020

² O campo para o preenchimento do gênero na Plataforma contempla somente o binário cis normativo comum, isto é, presume tanto a existência exclusiva dos gêneros homem e mulher quanto que a pessoa respondente irá se identificar com um deles. Isso impôs um constrangimento à esta etapa da análise aqui realizada, pois não foi possível obter dados relacionados às realidades de pessoas cujas identidades não são adequadamente representadas pelas duas opções disponíveis na plataforma. Ainda assim, considerando as hierarquias existentes entre homens e mulheres na sociedade e na arqueologia brasileira, os dados são relevantes na medida em que dizem, grosso modo, das manifestações quantitativas da dominação material e simbólica que podem existir.



UERJ	Universidade do Estado do Rio De Janeiro	Arqueologia	2013	- ³
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Antropologia	2010	4
UFOPA	Universidade Federal do Oeste Do Pará	Arqueologia	2009	4
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Arqueologia	2009	4
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	Arqueologia	2020	-
UFPI	Universidade Federal do Piauí	Arqueologia	2007	4
UFS	Universidade Federal de Sergipe	Arqueologia	2007	4
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Arqueologia	2009	4
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Arqueologia e preservação patrimonial	2004	4
UNEB	Universidade do Estado da Bahia	Arqueologia	2013	-
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Arqueologia	2006	5
UEA	Universidade do Estado do Amazonas	Arqueologia	2014	-
UNIMES	Universidade Metropolitana de Santos	Arqueologia	2016	4

TABELA 2: Programas de pós-graduação com habilitação e/ou área de concentração em Arqueologia vigentes no Brasil

SIGLA	UNIVERSIDADE	NOME DO PROGRAMA	NÍVEL	ANO DE CRIAÇÃO	NOTA CAPES
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Arqueologia e Patrimônio Cultural	Mestrado	2018	4
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Arqueologia	Mestrado	2018	4
UFPI	Universidade Federal do Piauí	Arqueologia	Mestrado	2012	3
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Arqueologia	Mestrado e Doutorado	2003	5
UFS	Universidade Federal de Sergipe	Arqueologia	Mestrado e Doutorado	2006	4

³ Cursos ainda não avaliados. No caso do curso da UFMG especificamente dá-se devido à recente divisão entre o curso de Antropologia (antes com habilitação) em Antropologia Social e Arqueologia.



MN/UFRJ	Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro	Arqueologia	Mestrado e Doutorado	2006	4
MAE/USP	Museu de Arqueologia e Etnologia / Universidade de São Paulo	Arqueologia	Mestrado e Doutorado	1989	5
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	Antropologia – Área de concentração em Arqueologia	Mestrado e Doutorado	2012	4
UFPA	Universidade Federal do Pará	Antropologia - área de concentração em arqueologia	Mestrado e Doutorado	2010	5
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Antropologia – Área de concentração em Arqueologia	Mestrado e Doutorado	2006	4

A Tabela 3 apresenta números totais de estudantes com matrícula nos cursos, bem como egressos registrados pela Plataforma Sucupira. Assim, podemos observar que o mercado de trabalho atual conta com um número considerável de pessoas com titulações altas em arqueologia e, ainda que não represente o número total final de profissionais com título de mestrado e doutorado no Brasil, ilustra alguns fluxos de escoamento de profissionais aptos à contratação. Destaca-se aqui a predominância de profissionais oriundos da região sudeste (55,4%), seguida da região nordeste (29,74%).

TABELA 3: Números totais de discentes egressos dos cursos brasileiros de pós-graduação.

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE DISCENTES ⁴			
	ATUAL	EGRESSOS	TOTAL	% TOTAL TITULADOS
MAE - USP	86	169	255	29,91%
Museu Nacional (UFRJ)	65	96	161	16,99%
UFPE	82	88	170	15,58%
UFS	59	80	139	14,16%
UFPA	43	49	92	8,67%

⁴ Para UFPEI, UFPA e UFMG foram contabilizadas apenas pessoas da área de arqueologia.



UFMG	56	48	104	8,5%
UFPEL	79	35	114	6,19%
UFRB	56	0	56	0%
UNIVASF	76	0	76	0%
UFPI	29	0	29	0%
	631	565	1.196	100%

Fonte: Plataforma Sucupira

A leitura dos dados evidenciou também um padrão nas presenças de homens e de mulheres na pesquisa arqueológica no Brasil: o número de estudantes do gênero feminino é acentuadamente superior no mestrado. Somos 58,25% do total de discentes vigentes (53,60% de egressos), enquanto 41,75% são homens (46,40% egressos). Essa diferença cai quando se avança para o doutorado, em que mulheres passam a corresponder a 51,37% do total vigente e homens a 48,63%. Isso significa que há cerca de 16% a mais mulheres no mestrado, mas no doutorado esse número cai para 3%. A presença feminina, portanto, diminui quando avançamos do mestrado para o doutorado enquanto a masculina aumenta. Ao avançarmos rumo à docência, estes números se contrastam ainda mais.

Os dados mais recentes de Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) nacionais indicam que mulheres seguem estudando mais que homens, todavia ganham menos. Podemos pensar em uma relação entre estes dados e os supracitados. Com a regulamentação da profissão pela lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018 que permite a plena atuação a pessoas diplomadas em bacharelado em Arqueologia é possível que se diminuam ainda mais os números da pós-graduação, pensando que a titulação na graduação já é suficiente para atuar na área. Afinal, seria realmente compensatório para mulheres investir tanto em suas qualificações, se ao final teremos salários inferiores, mais dificuldades de acesso a empregos e um índice menor de aprovação nos concursos públicos?

O treinamento da pós-graduação na maioria das universidades, seja explícita ou implicitamente, é pensado para a formação de docentes. O que por sua vez é extremamente contraditório e foi bem demonstrado por Caroline Caromano, Thiago



Trindade e Leandro Cascon (2014). No levantamento realizado por tais autores, fica evidente o descompasso entre o papel da formação na pós-graduação e deficiências nos percursos formativos em docência. Inadequações traduzidas na ausência generalizada de disciplinas de formação pedagógica e mesmo de estágios obrigatórios entre os cursos de pós-graduação. Além disso, outros descompassos podem ser percebidos quanto ao reflexo da composição destes cursos e a população que os frequenta, como já observado em outras pesquisas que versam sobre o ensino de arqueologia no Brasil ou mesmo a demografia geral do campo em território nacional (GASPAR *et al*, 2020).

Nesse mesmo texto de 2014, um dos poucos que se debruçam a esmiuçar o que arqueólogas e arqueólogos formados nos últimos anos têm feito profissionalmente, um dado bem relevante é proveniente de um levantamento da contratação de docentes entre os anos de 2009 e 2014 por nove cursos de bacharelado em Arqueologia⁵. Naquele período foram contratados (as) cerca de cinquenta profissionais da área como docentes. Na opinião de tais autores, as instituições que formaram esses profissionais possuíam perfis variados, indo desde cursos de pós-graduação em Arqueologia, História ou Antropologia com concentração ou linha de pesquisa em Arqueologia, no Brasil e no exterior, até cursos em áreas como Geologia e Botânica (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014: 212).

Atualmente, existem pouco menos de duzentos profissionais da área institucionalizados nos cursos de graduação ou pós-graduação em arqueologia enquanto docentes. No que tange à questão de gênero, ainda que mais mulheres estejam dentro da área que homens (GASPAR *et al*, 2020), temos um número ligeiramente maior de homens institucionalizados.

TABELA 4: Números de docentes em cursos de arqueologia em universidades públicas conforme gênero

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE DOCENTES ⁶		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
FURG	3	5	8
MAE/USP	7	9	16

⁵ UFMG, UFS, UFPI, UNI-VASF, UFPel, UFPE, UNIR, UFOPA, FURGS.

⁶ Para todas as universidades foram contabilizadas apenas pessoas da área de arqueologia.



Museu Nacional (UFRJ)	5	7	12
UERJ	2	3	5
UFMG	6	2	8
UFOPA	3	7	10
UFPA	3	3	6
UFPE	7	6	13
UFPEL	8	4	12
UFPI	6	5	11
UFPR	2	0	2
UFRB	3	1	4
UFS	8	5	13
UNIR	4	6	10
UNIVASF	10	7	17
	77	70	147

Fonte: Elaborada pelas autoras

Agora, a par deste universo amostral, é possível rumar a outras reflexões e levantamentos, principalmente envolvendo a origem de formação das pessoas que ocupam cargos de docência nos cursos nacionais. Um número específico chama atenção quando aprofundamos neste marcador: apenas três cursos no Brasil se destacam como formadores de docentes incorporados pelos cursos de bacharelado em arqueologia: PPG em Arqueologia do Museu de Arqueologia, PPG em Arqueologia da UFPE e o PPG em História da PUC-RS. No já referido texto de Caromano, Trindade e Cascon (2014:213) nos chama a atenção que, no período analisado de 5 anos, havia uma bela vantagem para a USP que liderava o *ranking* de egressos alocados no mercado de trabalho como docentes.

Esse dado causou muito incômodo, sendo corroborado durante nossa sistematização das informações sobre professores efetivos e titulares nos cursos de Arqueologia em nível de graduação e pós-graduação em universidades públicas



federais e estaduais (Tabelas 5 e 6). Registramos ainda o tema especializado de atuação, a instituição de formação e o ano de obtenção do título de Doutorado ou Mestrado. Como se tratava de uma curiosidade acerca do universo específico de formação arqueológica, o recorte se restringiu aos cursos de arqueologia, e não contemplou a atuação de docentes formados em PPG's em Arqueologia localizados em departamentos de História, Ciências Sociais e áreas afins em Universidades Públicas como, por exemplo, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), ainda que tivéssemos total conhecimento de arqueólogos e arqueólogas que compõem os quadros efetivos e permanentes dessas e outras instituições⁷.

Em posse desses dados não foi necessária muita análise estatística para visualizar um padrão de contratação, reforçando a tendência de que apenas 3 programas são responsáveis por mais da metade das formações dos corpos docentes. Mas no presente levantamento, já sem um recorte temporal específico, esse padrão foi ainda mais alarmante. Dos 147 profissionais da Arqueologia listados que ocupam cargos de docência nas universidades públicas, 57 (38,8%) tiveram como instituição de formação a Universidade de São Paulo, em diferentes PPG's, mas principalmente, no PPG de Arqueologia oferecido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia.

Aqueles docentes formados por instituições de ensino e pesquisa no exterior somam 37, o que corresponde a 25,2% do total das colocações. Em seguida aparece a UFPE com 14 discentes egressos (9,5% do total) que se tornaram docentes, enquanto a PUC-RS formou 9 docentes (ou 6,8% do total), e a UNICAMP 6 docentes (4,1%) que atuam em diferentes instituições. Na tabela 5 a seguir esses números podem ser conferidos levando em consideração o fator temporal da obtenção dos títulos.

TABELA 5: Instituições de formação dos docentes de arqueologia que atuam em universidades públicas brasileiras e fator temporal dos títulos.

ANOS

⁷ Levantamento realizado durante o mês de agosto de 2020 acessando os sites dos Departamentos e Programas de Pós-Graduação, excluindo-se as informações da Universidade do Estado da Bahia que mantém um curso de bacharelado em Arqueologia no campus Paulo Afonso, devido à ausência de dados no site da instituição.



INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO	ATÉ 1989	1990 -1999	2000-2009	2010-2019	Nº TOTAIS	%
MAE/USP		1	18	21	40	27,2%
USP	3	7	5	2	17	11,6%
				Subtotal	67	38,8%
Formação do Exterior	3	6	8	20	37	25,2%
				Subtotal		64%
UFPE	-	-	7	7	14	9,5%
PUC-RS	-	-	9	1	10	6,8%
Unicamp	-	1	4	1	6	4,1%
UFRJ	-	2	1	1	4	2,7%
Museu Nacional (UFRJ)	-	-	-	2	2	1,4%
UNIR (Genética)	-	-	-	2	2	1,4%
UFF	-	-	-	2	2	1,4%
Fiocruz	-	-	3	-	3	2,0%
FURG	-	-	1	1	2	1,4%
UFPA	-	-	-	1	1	0,7%
UFBA	-	-	-	1	1	0,7%
UFMG (Química)	-	-	-	1	1	0,7%
Unesp	-	-	1	-	1	0,7%
UFS	-	-	-	1	1	0,7%
UFRGS	-	1	-	-	1	0,7%
UFRN	-	-	-	1	1	0,7%
UFPR	-	-	-	1	1	0,7%
					147	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras

Vale a pena observar o impacto das formações em instituições externas, em grande medida devido o histórico da disciplina em nosso país marcado por missões



estrangeiras (FUNARI, 1999), e depois, provavelmente, pelo Programa Ciências Sem Fronteiras a partir de 2014 com efeito na última década.

Foram identificados alguns padrões ou tendências na lotação dos quadros dos PPGs e Departamentos de Arqueologia (Tabela 6). Por exemplo, a UFPE possui em seu quadro permanente 13 docentes formados em 7 instituições diferentes. Em números exatos são 4 docentes com titulação em 4 universidades do exterior, 3 docentes formados pela USP, 1 docente com titulação na Unesp e os 5 restantes são docentes com títulos concedidos pelo próprio PPG da UFPE. Também discentes egressos do referido PPG em Arqueologia da UFPE que seguiram a carreira docente estão distribuídos em três universidades da região Nordeste, a saber, UNIVASF (7), UFPE (5) e UFPI (1).

Uma lógica semelhante parece se repetir no Departamento de Arqueologia da UFOPA, cujo padrão de contratação docente tem relação com o PPG do MAE-USP, que não se restringe apenas a Instituição em si, mas nas relações de orientação e participação nos mesmos grupos de pesquisa. Situação que se repete na UFS, que há época do concurso público teve o fenômeno ironicamente chamado de “invasão paulista”. Chama atenção também o fato que no MAE-USP que mantém 16 docentes no quadro permanente, apenas 4 são formados em outras instituições, todas externas, enquanto os demais 14 docentes são formados pela própria USP. Uma retroalimentação de docentes, se pudesse assim definir!

O PPG de Antropologia da UFPEL é modelo reduzido desse padrão de dominância. Possui em seu quadro permanente 12 docentes, 6 deles com títulos de doutorado pela USP e 2 pela PUC-RS. A UFMG ainda que seja um curso novo, é interessante sua composição, os 8 docentes são formados (as) por 7 instituições diferentes. Enquanto a UFPI conta com 11 docentes permanentes oriundos de 10 instituições diferentes. O único curso que não possui nenhum docente oriundo da USP é a UFRB. Esses dados foram consolidados na tabela 6.



TABELA 6: Detalhamento das Instituições de formação dos docentes de arqueologia que atuam em universidades públicas brasileiras em cursos de arqueologia⁸.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS CURSO DE ARQUEOLOGIA	NÚMERO DOCENTES	ARQUEOLOGIA E AFINS ⁸															ESPECIALIZAÇÕES ⁹			
		MAE (USP)	USP ¹⁰	EXTER.	UFPE	PUC-RS	UNICAMP	UF RJ	FURG	MUSEU NACIONAL	UFF	UFPA	UNESP	UFS	UFBA	UFPR	FIOCRUZ	UNIR	UFMG	UFRN
FURG	8	-	1	-	-	5	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MAE (USP)	16	3	9	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Museu Nacional	12	1	5	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
UERJ	5	1	-	-	-	-	1	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFMG	8	2	1	3	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
UFOPA	10	5	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFPA	6	1	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFPE	13	2	1	4	5	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
UFPEL	12	6	-	1	-	2	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFPI	11	2	-	3	1	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
UFPR	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFRB	4	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
UFS	13	7	-	4	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIR	10	6	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-
UNIVASF	17	4	-	2	8	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Total	147	41	17	36	14	10	6	4	3	2	2	1	1	1	1	1	3	2	1	1

(Fonte: Elaborada pelas autoras)

Compreendemos que, ainda que seja o maior núcleo de formação de pós-graduação em arqueologia, a USP possui uma inflação no número de pessoas institucionalizadas em universidades nacionais dentro da própria área. Essa predominância nos convida a reflexões acerca das implicações deste “novo bandeirantismo”⁹ no sistema de ensino de um modo geral, bem como nas hierarquias sociais estabelecidas entre pessoas de origem de titulação distintas.

É importante ressaltar também que além das questões de gênero e origem de titulação, diversas outras interseccionalidades se fazem presentes enquanto fatores de influência para compor o atual cenário. Há, assim, uma manutenção da branquitude, da colonialidade e de outros sistemas de opressão sistêmicos por meio da construção de um escopo hegemônico.

⁸ Há 17 instituições públicas de ensino superior que oferecem cursos de Arqueologia no nível de graduação, mestrado e/ou doutorado. Neste quadro apresentamos dados de 16 delas, pois não foi possível acessar informações do curso de bacharelado da Universidade do Estado da Bahia (campus Paulo Afonso).

⁸ (9- tabela) Títulos em Arqueologia, História, Antropologia e outras ciências sociais afins;

⁸ (10- tabela) Títulos em outras áreas de conhecimento (especializações em Bioantropologia, Arqueometria, Genética)

⁸ (11 - tabela) Títulos obtidos em PPGs de Antropologia, Biologia, História entre outros oferecidos pela própria Instituição.

⁹ Termo utilizado por Loredana Ribeiro, em comunicação pessoal com uma das autoras.



ENTRE DESESPERANÇA E ESPERANÇA, ALGUMAS CONCLUSÕES OTIMISTAS

Não temos dados nem fôlego para comparar esse padrão observado com outras áreas de conhecimento, seja na Antropologia, Sociologia, História e áreas afins. Mas consideramos este exercício de alta relevância para comparações em macro escala com outras disciplinas. Em momento posterior, acreditamos que este levantamento poderia ser estendido também às instituições de pesquisa e museus tanto a nível federal quanto estadual que são tradicionais e extremamente atuantes nas arqueologias regionais, como, por exemplo, o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá e museus regionais.

Mas, será que docentes egressos de PPG's mais bem colocados na avaliação CAPES são realmente tão mais qualificados que aqueles que vêm de PPG's de média qualificação? É no mínimo contraditório que os mecanismos de avaliação do Ministério da Educação sejam tão criticados, mas seus critérios possam figurar como única justificativa para explicar esse padrão de dominância, que sequer opera de forma magnânima, tendo como exemplo principal a baixa ocorrência de docentes oriundos de PPG's bem avaliados com notas CAPES, como a UFPA classificada com nota 5.

É claro que vários fatores podem explicar o sucesso de alguns poucos PPGs dominarem o *ranking* de colocação de seus egressos em cargos docentes: a antiguidade do programa, tamanho do corpo docente e discente e sua produtividade, localização geopolítica da universidade, entre outros. Mas, isso não muda uma tendência triste e desesperançosa, que se você não se formar em um PPG tradicional ou no exterior, é pouco provável uma chance nos espaços institucionalizados de ensino e pesquisa.

O que queremos chamar atenção é que nichos e redutos são formados na lotação desses cargos públicos, mesmo cumprindo etapas da seleção pública. Tais nichos são permeados por micropolíticas e interações que vão além efetivamente do aspecto acadêmico, e podem envolver apadrinhamentos decorrentes da relação orientando-orientador, de conjugalidade e mesmo amizades que podem operar em níveis até mesmo inconscientes de reconhecimentos de classe.

Essas micropolíticas, por sua vez, impactam o cenário nacional da disciplina, posto que dita quais serão as fontes hegemônicas de conhecimento, além de impactar no mercado de trabalho externo à academia. Sobre este último aspecto de classe, as teorias sociais podem enfatizar seu caráter teórico operacional, mas não ignoram o fato que, em última instância, análises sociológicas sobre classes tratam de relações entre agentes que ocupam posições próximas no espaço social em função do capital que possuem (e aqui nos remetemos ao sentido bourdiano do termo).



Haveria um prestígio implícito das instituições de origem do (a) candidato (a), além efetivamente das redes afetivas, de relacionamento social e disputas internas que perpassam os processos seletivos? As bancas seriam influenciadas pelo fato de um (a) candidato (a) ser formado(a) por determinada universidade? É obvio que bancas possuem seus critérios e as justificativas são diversas na seleção para a docência, desde o desempenho no próprio processo seletivo à adequação de um (a) candidato (a) para uma posição/cargo.

Acima procuramos demonstrar que há um gradiente entre dominância de instituições nos primeiros exemplos e diversificação de origens nos últimos casos, um gradiente que pode talvez indicar o sucesso de mecanismos de isonomia nos processos seletivos públicos. Será que a lógica que em grande medida rege, por exemplo, a lotação de cargos de confiança na máquina pública, também opera nos processos seletivos para a docência na universidade? Não é raro que nos bastidores de seleções, em menor ou maior grau, tenhamos presenciado situações desconfortáveis e constrangedoras que escancaram parcialidades demais, relações pessoais demais, políticas demais.

É preciso destacar que esse fenômeno não é uma exclusividade do contexto brasileiro, obviamente outros países também o vivenciam. Nos Estados Unidos, por exemplo, várias análises já foram feitas sobre as redes de contratação acadêmica e que mostram indícios de desigualdade e hierarquia sistemáticas, que podem em parte, ser atribuídas à influência do prestígio acadêmico, que não é necessariamente um reflexo do mérito ou da produtividade acadêmica individual (KAWA *et al*, 2019).

Como observado por Donna Harraway (1995), o meio científico, ainda que automeado enquanto um ambiente neutro de métodos assépticos e assertivos, é engendrado em todas as condições de existência das quais aqueles que o compõem são constituídos, tendo assim origem, nacionalidade, gênero, raça, classe, etc. A arqueologia, seus componentes e suas práticas são, portanto, sempre situados, localizados. Essa situacionalidade sempre influenciará em alguma medida as redes de interações construídas a partir de seus prismas.

Poderíamos talvez calibrar os números apresentados acima com o seguinte argumento: ainda que processos seletivos fossem mais equânimes, isso não mudaria o fato que Programas de Pós-Graduação formam mais doutores em arqueologia que Departamentos contratam docentes. Sim, devemos concordar, mas o retrato do corpo docente que hoje atua na universidade pública brasileira tende a reproduzir que apenas 3 instituições nacionais formam arqueólogos habilitados para docência. Essa percepção precisa mudar e de forma urgente, e só pode variar a partir de uma transformação da própria realidade. Seria a questão dos programas fora desse *ranking* e seu corpo



docente readequarem a formação de seus discentes em Arqueologia? Mas, não são eles próprios constituídos de um tronco formativo minimamente afim?

Não acreditamos que haja nenhuma receita pronta, solução fácil e rápida. Talvez seja interessante focar de forma mais consciente e planejada na formação crítica, mas também técnica, ampliando campos de atuação profissional no terceiro setor e na sociedade civil organizada. Talvez combater a divisão interna entre pesquisa acadêmica e preventiva para sua superação definitiva – de modo a permitir àquelas pessoas que não seguirão carreira acadêmica institucionalizada, opções que possam trazer satisfação profissional de forma ética e plural. Talvez mais iniciativas de empresas júnior como do PPG em Arqueologia da UFS venham contribuir com o tema.

Apesar dessas perspectivas, vale a pena propor que cada pessoa que compõe o atual corpo docente das universidades públicas brasileiras repense seu próprio papel de transformação e lugar de poder que ocupa. Vemos como essencial a necessidade de reavaliar o caráter, por vezes até antiético, que permeia relações entre orientadores e discentes de pós-graduação, em situações conduzidas a partir de uma construção de discurso pautada numa expectativa de genialidade nas pesquisas que mais geram problemas de ansiedade e depressão entre discentes, que efetivamente a esperança de que seja possível obter uma posição estável após a defesa da tese produzida.

Essa é uma das formas mais perversas que a hierarquia acadêmica molda as relações de dominação no ambiente acadêmico. A cada docente que ocupa uma posição de poder reconhecer seu papel de transformação e capacidade de não-manutenção de estruturas tradicionais de relação docente-discente e favorecimento entre pares, pode ser provável que jovens discentes da arqueologia renove sua esperança na trajetória acadêmica.

E se fosse possível, gostaríamos de terminar esse texto elencando alternativas e tentando evitar qualquer possibilidade de interpretações equivocadas. Nosso argumento não é um ataque pessoal aos programas e departamentos citados com caráter de julgamento sobre a habilitação de cada docente que hoje atua nos cursos de Arqueologia. Queremos dizer que acreditamos que a apresentação desses dados, bem como sua reflexão e o amplo debate público sobre os mecanismos de seleção docente com sua paulatina renovação, traz à discussão questões muito enraizadas sobre a colonização do saber e a politização da gestão pública, seus efeitos sobre a qualidade e eficiência, e um fenômeno que todos condenamos que é patrimonialização do Estado.

Deveríamos começar a pensar sobre como criar estratégias e perspectivas. Se cada Departamento e PPG, na eventual necessidade de contratação de novos docentes, realizassem consultas públicas entre seus respectivos corpos discentes como o primeiro passo de definição de perfil docente desejado? Se houvesse formas de seleção que estabelecessem cotas étnico-raciais



e sociais considerando o corpo docente permanente desses departamentos e programas? Se houvesse critérios que prezassem pela diversificação de formação e orientação teórica?

Se aspiramos tanto pela profissionalização de nossa área de conhecimento, precisamos começar a pensar uma agenda consciente e ativa visando qualificar os mecanismos de lotação dos quadros docentes das instituições públicas de ensino superior. Torná-los verdadeiramente democráticos e representativos, primar por construir, antes de mais nada, universidades plurais e arqueologias inclusivas, que possam ir além das ilhas de pessoas que prezam por seus pares, que compartilham as mesmas experiências pessoais, trajetórias formativas e as mesas de bares nos congressos.

REFERÊNCIAS:

BARRETO, Cristiana. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, suplemento 3, p. 201-212, 1999.

BARRETO, Cristiana. A Construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. Revista USP, n. 44, p. 32-51, 2000.

BEZERRA, Marcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. Revista de Arqueologia, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2008.
DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v21i2.255>

CAROMANO, Caroline Fernandes; TRINDADE, Thiago Berlanga; CASCON, Leandro Matthews. O ensino da arqueologia visto dos bancos da pós-graduação. Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 12, n. 2, p. 205-220, 2014. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4077/2328>

REIS, José Alberione dos. Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Rio Grande do Sul, EdiPUCRS, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. Como se tornar arqueólogo no Brasil. Revista Usp, n. 44, p. 74-85, 1999.

GASPAR, Meliam Viganó; et al. QUEM SOMOS NÓS? Ou Perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 18(1), 146-178. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v18i1.8104>

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu n. 5, p.7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

KAWA, Nick. et al, Christopher. The Social Network of US Academic Anthropology and Its Inequalities. American Anthropologist, n 121, p. 14-29, 2019.
Doi: <https://doi.org/10.1111/aman.13158>

PASSOS, Lara de Paula. Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 132 f, 2019 (Dissertação de



Mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia - Área de concentração: Arqueologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2019.

PASSOS, Lara de Paula. Da beira ao fundo: uma análise bibliométrica feminista da arqueologia brasileira a partir de dois estudos de caso. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 82 f, 2017. (Monografia - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 210-234, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.517>

RIBEIRO, Loredana; DA SILVA, Bruno Sanchez Ranzani; SCHIMIDT, Sarah & PASSOS, Lara. A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1093>

ULGUIM, Priscila. Analisando a programação do congresso da sociedade de arqueologia brasileira e outras coisas do gênero. 2019. Disponível em: <https://bonesburialsandblackcoffee.wordpress.com/2019/09/18/analizando-a-programacao-do-congresso-da-sociedade-de-arqueologia-brasileira-e-outras-coisas-do-genero>.

ZANETTINI, Paulo; MORAES WICHERS, Camila A. de. Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 12, n. 2, p. 239-256, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v12.2.2014.239-256>

ZARANKIN, Andres; PELLINI, José R. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 44-60, 2012. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v25i2.354>